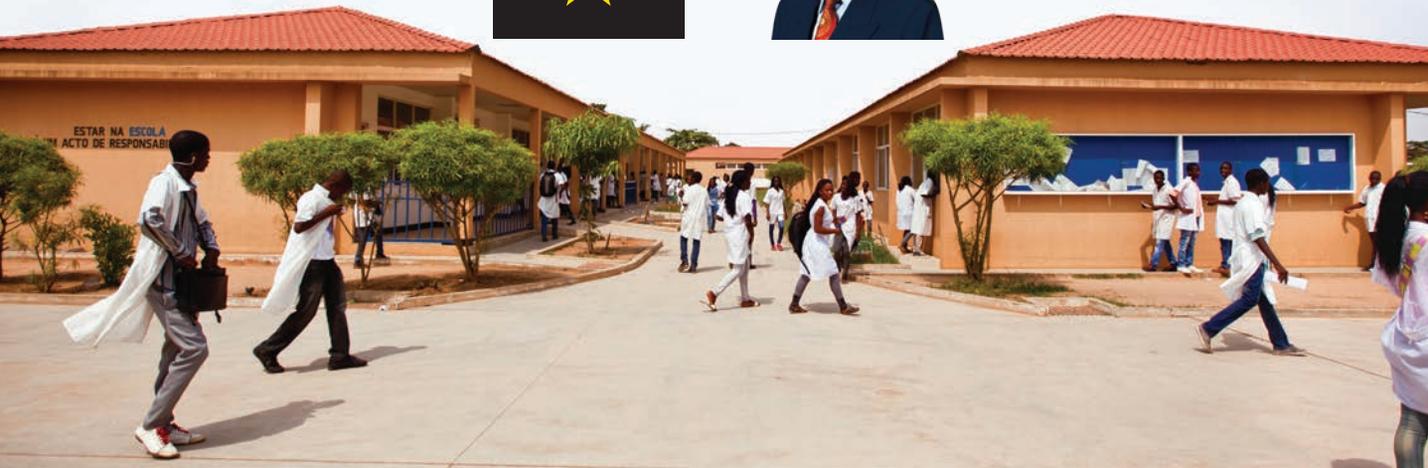


MPLA

ANGOLA A CRESCER MAIS E A DISTRIBUIR MELHOR

MANIFESTO ELEITORAL



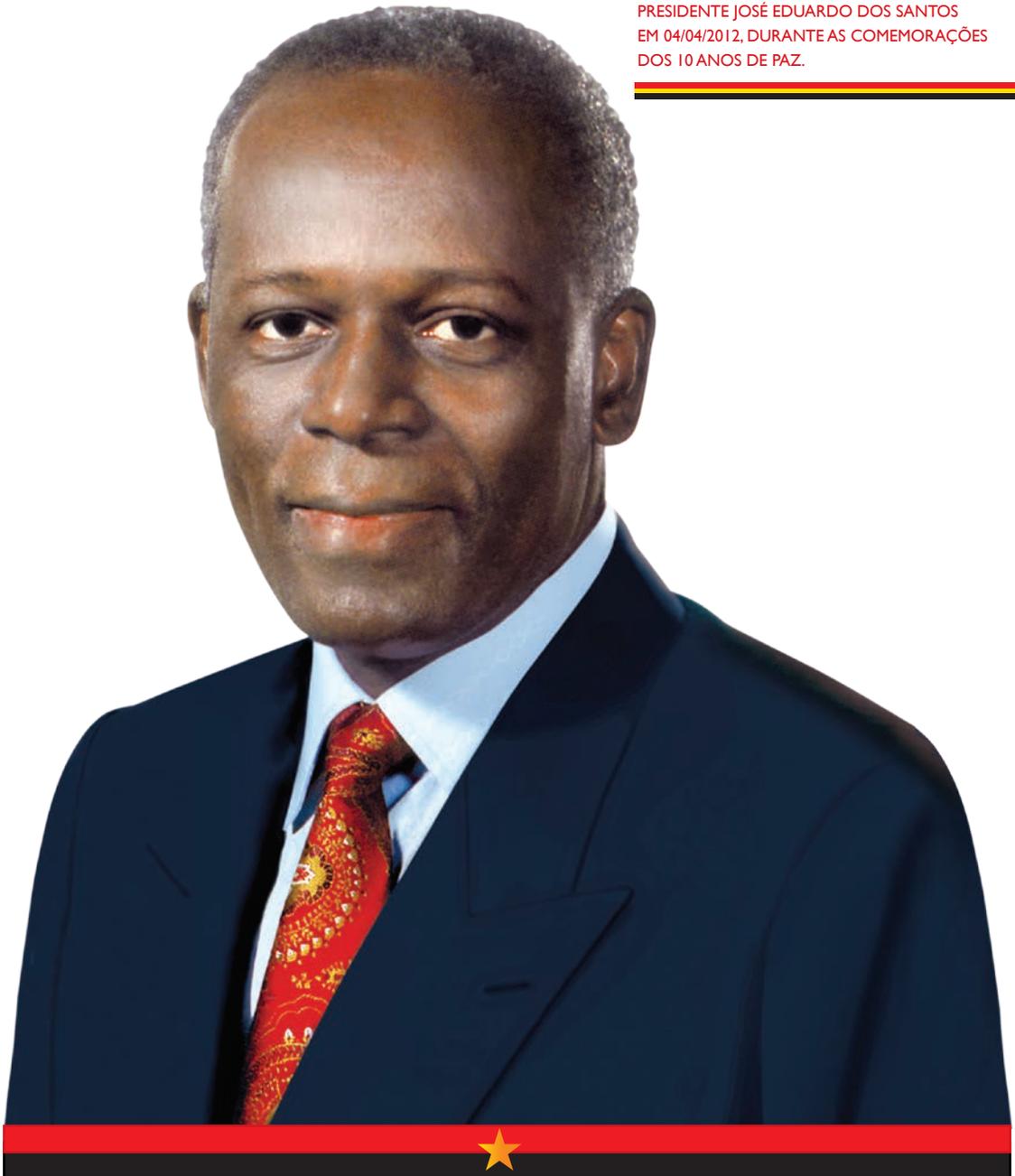




ANGOLA A CRESCER MAIS E A DISTRIBUIR MELHOR

“VAMOS TRABALHAR JUNTOS
PARA O DESENVOLVIMENTO.
TODOS SOMOS NECESSÁRIOS
PARA ERGUER A NOVA ANGOLA,
MODERNA, PRÓSPERA
E DEMOCRÁTICA”.

PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
EM 04/04/2012, DURANTE AS COMEMORAÇÕES
DOS 10 ANOS DE PAZ.





ANGOLA A CRESCER MAIS E A DISTRIBUIR MELHOR

MANIFESTO ELEITORAL

Índice

- 07** INTRODUÇÃO
- 13** MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS ANGOLANOS
- 23** ELEVAR A INSERÇÃO DA JUVENTUDE NA VIDA ACTIVA
- 27** GARANTIR OS PRESSUPOSTOS BÁSICOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO
- 43** APOIAR O EMPRESARIADO NACIONAL
- 47** CONSOLIDAR A PAZ, REFORÇAR A DEMOCRACIA E PRESERVAR A UNIDADE E A COESÃO NACIONAL
- 55** REFORÇAR A INSERÇÃO COMPETITIVA DE ANGOLA NO CONTEXTO INTERNACIONAL



MPLA

ANGOLA A CRESCER MAIS E A DISTRIBUIR MELHOR

MANIFESTO ELEITORAL

INTRODUÇÃO

COM O MPLA, ANGOLA VAI CRESCER MAIS E DISTRIBUIR MELHOR



O MPLA é um Partido profundamente enraizado no seio do Povo. Com o Povo conquistámos a Independência Nacional em 1975, depois de uma luta armada contra o colonialismo português que durou 14 anos.

Com o Povo lutámos contra a agressão de países estrangeiros e contra as forças externas ao seu serviço, defendendo a integridade das nossas fronteiras, preservando a soberania nacional e garantindo, mesmo em situação de guerra, as condições mínimas para o funcionamento das instituições do Estado e para o desenvolvimento da vida económica do País.

Por isso, o Povo confia no MPLA.

Foi com o apoio do Povo que o MPLA ganhou claramente as eleições de Setembro de 1992 e também foi com o Povo que enfrentámos as forças rebeldes apostadas na desestabilização do País, na sequência da rejeição pelas mesmas dos resultados eleitorais.

Nas eleições realizadas em Setembro de 2008, mais uma vez o apoio do Povo foi expresso de modo inequívoco ao conceder ao MPLA mais de 81% dos votos dos eleitores, apostando no MPLA como o “Caminho Certo Para Uma Angola Melhor”.

Com mais de 5 milhões de militantes, o MPLA é, indiscutivelmente, o maior Partido de Angola. O MPLA é também o Partido que está melhor preparado e o que se tem apresentado com mais competência na interpretação e satisfação dos mais profundos anseios e aspirações do Povo Angolano.

O MPLA é um Partido dinâmico, um Partido em constante transformação, sempre no sentido de melhor se ajustar à evolução do País e do mundo e melhor resolver os problemas do Povo. Tem um líder, o Presidente José Eduardo dos Santos, que é muito experiente, pragmático, profundo conhecedor da nossa trajectória histórica e social, patriota sem limites, amante do nosso Povo e estadista com grande visão estratégica.

O MPLA é, por tudo isso, um factor permanente de equilíbrio nacional, um exemplo de militância construtiva para toda a África e, sem dúvidas, um dos maiores e mais influentes Partidos do nosso Continente.



Com a obtenção da Paz em 2002, têm sido dados passos seguros no sentido da consolidação da estabilidade política, do reforço da democracia, da reconciliação e coesão nacionais, ao mesmo tempo que foram feitos avanços notáveis no sentido da consolidação da estabilidade macroeconómica e do estabelecimento das bases para um crescimento e desenvolvimento económico impetuoso e robusto.

Com a Paz, Angola tornou-se um dos países que mais tem crescido no mundo. De 2002 a 2008 foi possível manter um crescimento médio do Produto interno Bruto acima de 17% ao ano. Como consequência da crise económica e financeira registou-se um decréscimo das taxas de crescimento nos últimos 3 anos, não deixando contudo de ser positivas. Para 2012 está prevista uma taxa de crescimento mais robusta de 8.9%.

*O MPLA é um factor permanente de equilíbrio nacional,
um exemplo de militância construtiva para toda a África.*

A inflação está sob controlo, tendo caído de uma taxa anual de 105,6% em 2002 para 11,38% em 2011. Cada vez mais, a nossa moeda é aceite e respeitada por todos e está-se a progredir no sentido do valor do Kwanza ser preservado e converter-se no único meio de pagamento de aceitação geral no mercado interno.

Avanços significativos foram dados no sentido da construção, reabilitação e modernização das infraestruturas produtivas e sociais do País, incluindo milhares de escolas, hospitais, postos e centros de saúde, portos e aeroportos. Os caminhos-de-ferro estão a ser recuperados e mais de 6 mil e 500 quilómetros de estradas foram construídos ou reabilitados, fazendo com que mais de 80% das capitais de província tenham ligações por estradas asfaltadas.

Graças ao crescimento do sector não petrolífero, os níveis de emprego têm aumentado no País, levando à elevação do rendimento das famílias e baixando os níveis de pobreza e de miséria. Desde o ano de 2008 foram criados mais de 700 mil postos de trabalho, sobretudo nos domínios da Agricultura e Pescas, Urbanismo e Construção, Comércio, Energia e Águas e Hotelaria e Turismo.

O crescimento económico que o País tem conhecido, associado às políticas sociais que têm sido implementadas, levaram a que os níveis de incidência da pobreza em Angola tivessem experimentado uma queda drástica, tendo passado de 68% em 2002 para 36,6% em 2009.

Trata-se de um progresso significativo e encorajador e que, de modo objectivo, constitui uma demonstração de que o MPLA está no caminho certo no que se refere à solução dos problemas do Povo.

O MPLA está consciente de que muito ainda há a fazer, para que o crescimento que o País está a viver chegue ao lar e ao coração de cada angolano de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste.

Por esta razão, o foco do Programa de Governação do MPLA para o período 2012-2017 continuará a ser o combate à fome e à pobreza extrema e o aumento da qualidade de vida do Povo Angolano, transformando a riqueza material que constituem os recursos naturais de Angola em riqueza real e tangível dos angolanos.

Com o MPLA, no período 2012-2017, Angola vai crescer mais e distribuir melhor, com base num Programa que tem os seguintes eixos fundamentais:

- **Melhorar a Qualidade de Vida dos Angolanos;**
- **Elevar a Inserção da Juventude na Vida Activa;**
- **Garantir os Pressupostos Básicos Necessários ao Desenvolvimento;**
- **Apoiar o Empresariado Nacional;**
- **Consolidar a Paz, Reforçar a Democracia e Preservar a Unidade e Coesão Nacional;**
- **Reforçar a Inserção Competitiva de Angola no Contexto Internacional.**

O MPLA assume mais uma vez o compromisso de mobilizar todos os angolanos interessados em contribuir para o progresso do País – jovens e adultos, homens e mulheres – para, juntos, darmos o passo que ainda falta para fazer de Angola um País cada vez mais próspero, moderno e em que impere a justiça social.

O MPLA considera que o centro da sua acção de governação é o Povo.

*Com a Paz, Angola tornou-se um dos países
que mais tem crescido no mundo.*

Deste modo, desenvolve formas de interacção entre o Executivo do MPLA e todas as forças vivas da Nação, envolvendo os órgãos de soberania, as diversas confissões religiosas, os partidos políticos, as organizações não-governamentais, os órgãos de imprensa e de informação, o sector privado e cooperativo nacional, todas as estruturas da Sociedade Civil organizada, o cidadão a título individual e as comunidades para, em conjunto e com a participação de todos, serem alcançadas as aspirações nacionais de desenvolvimento material e espiritual dos angolanos.

O Governo do MPLA pretende atingir nos próximos 5 anos objectivos muito claros nos domínios político, económico e social, que se podem sintetizar do seguinte modo:

- **Eliminar a fome e reduzir a miséria;**
- **Diminuir a desigualdade entre as pessoas e entre as regiões;**
- **Melhorar a qualidade de vida de todos os angolanos, com mais emprego, melhores salários, mais poder de consumo e mais acesso a serviços públicos de qualidade - em especial, educação, saúde, transporte e segurança;**



- Melhorar a governação, em todos os níveis de poder, e reforçar a democracia e a capacidade institucional do País;
- Garantir o crescimento do País de forma sustentada, com estabilidade económica e melhor distribuição do rendimento nacional;
- Garantir os direitos da livre iniciativa económica e empresarial, porém sob o primado da justiça social;
- Promover a diversificação da economia e das actividades produtivas, diminuindo a dependência da actividade petrolífera;
- Melhorar a qualidade de ensino e estimular a pesquisa e a inovação para aumentar a capacidade competitiva de Angola nos mercados internacionais;
- Fazer de Angola um País cada vez mais fraterno e solidário com seus vizinhos e um factor de paz e equilíbrio regional;
- Construir uma democracia cada vez mais sólida, pluralista e participativa, fonte de orgulho e felicidade para o nosso Povo.

O Programa de Governação do MPLA para os próximos 5 anos é uma componente indispensável para tornar realidade os anseios dos angolanos. Neste Programa se encontra a visão, o espírito de missão, a capacidade de adaptação, a abertura para a cooperação e diálogo e a experiência de um Partido que não faz mais senão trabalhar para o bem do Povo Angolano, unindo, há 55 anos, de Cabinda ao Cunene um só Povo e uma só Nação.

Temos a certeza que o MPLA, mais uma vez, irá corresponder às expectativas e às aspirações dos angolanos.

Com o MPLA e com o Presidente José Eduardo dos Santos, Angola vai crescer mais e distribuir melhor.

**ESTE É O MPLA QUE O POVO ANGOLANO
CONHECE E TEM NO CORAÇÃO.**

**JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
É O PRESIDENTE QUE O POVO
ANGOLANO QUER.**

**PAZ, TRABALHO E LIBERDADE.
A LUTA CONTINUA. A VITÓRIA É CERTA.**





MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS ANGOLANOS



DESDE A CONQUISTA DA PAZ, HÁ DEZ ANOS, ANGOLA VIVE O MAIOR PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA NOSSA HISTÓRIA, REGISTRANDO AVANÇOS SIGNIFICATIVOS EM PRATICAMENTE TODOS OS SECTORES SOCIAIS, DESDE A EDUCAÇÃO ATÉ A HABITAÇÃO. MAS, O MPLA TEM CONSCIÊNCIA DE QUE AINDA HÁ MUITO A FAZER PARA QUE A POPULAÇÃO POSSA TER SATISFEITAS AS SUAS NECESSIDADES E OS SEUS DIREITOS BÁSICOS. POR ISSO, A GRANDE PROPOSTA PARA A GOVERNAÇÃO DE 2012-2017 É FAZER COM QUE O TRABALHO NOS VÁRIOS DOMÍNIOS DO SECTOR SOCIAL AVANCE COM MAIS RAPIDEZ E QUALIDADE E, ASSIM, SE MELHORE A QUALIDADE DE VIDA DOS ANGOLANOS EM GERAL, ESPECIALMENTE DAQUELES QUE MAIS NECESSITAM DE APOIO E ATENÇÃO.

EDUCAÇÃO



A EDUCAÇÃO EM ANGOLA VIVE UMA VERDADEIRA REVOLUÇÃO. NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, O NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ENSINOS PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO TRIPLICOU E, NO ENSINO UNIVERSITÁRIO, AUMENTOU EM QUASE DEZ VEZES. CRESCEU TAMBÉM A QUANTIDADE DE PROFESSORES E O NÚMERO DE SALAS DE AULA EM TODO O PAÍS. O MPLA CONSIDERA QUE ESTE ESFORÇO POR UMA EDUCAÇÃO CADA VEZ MAIS ACESSÍVEL DEVE SER AINDA MAIOR NO PERÍODO 2012-2017, COM UM FOCO ESPECIAL VIRADO PARA A QUALIDADE DO ENSINO. PARA ISSO, DEFINIU AS SEGUINTE METAS:

Aumentar consideravelmente a qualidade de ensino a todos os níveis do sistema de educação, dando uma atenção especial à capacitação do corpo docente e ao sistema de avaliação e aprendizagens;

Atrair para o corpo docente, a todos os níveis do sistema de educação, pessoas com o perfil científico, técnico e pedagógico adequado;

Continuar o processo de expansão da infraestrutura escolar do País a todos os níveis do sistema de educação e ensino;

Garantir a obrigatoriedade e gratuidade da educação até ao 1º ciclo do Ensino Secundário (9 anos de escolaridade);

Ampliar a taxa de escolarização no ensino primário, secundário e ensino superior,



com a construção, expansão e apetrechamento de escolas e instituições existentes;

Construir e apetrechar centros e instalações apropriadas para assegurar a oferta de ensino à crianças com 5 anos de idade;

Elaborar programas de combate ao abandono escolar e de correcção do fluxo escolar;

Assegurar Apoio Pedagógico Acrescido para alunos com necessidades educativas especiais;

Universalizar a merenda escolar nas escolas públicas do ensino primário;

Garantir transporte escolar para crianças matriculadas em escolas distantes do local de residência, com particular realce para as zonas rurais;

Promover o acesso gratuito ao livro no ensino primário;

Dar continuidade e reforçar o programa de alfabetização de adultos;

Elaborar programas para a valorização do professor (formação e melhoria salarial);

Ampliar o ensino técnico e de preparação para o trabalho, através de centros de formação geridos em cooperação com entidades empresariais;

Assegurar o ingresso de 200 mil novos estudantes no subsistema de ensino superior;

Continuar com a atribuição de bolsas internas, estendendo-as para a pós-graduação com prioridade para o incentivo à docência e investigação científica;

Continuar com o envio de estudantes para o exterior do país privilegiando as áreas relacionadas com a reconstrução, desenvolvimento e modernização do País;

Assegurar o envio de 6.000 novos estudantes para o exterior do País, com primazia para a pós-graduação;

Evoluir a formação em Angola dos actuais 100 médicos anuais para 500 a partir de 2014.

CULTURA

NESTE DOMÍNIO, A GRANDE META DO PROGRAMA DE GOVERNO 2012–2017 É GARANTIR OS MEIOS NECESSÁRIOS PARA A PLENA EXPRESSÃO DA RICA CULTURA ANGOLANA, BEM COMO O AMPLO ACESSO DA POPULAÇÃO ÀS ACTIVIDADES CULTURAIS QUE EXPRESSAM A NOSSA DIVERSIDADE. AO MESMO TEMPO, O MPLA CONSIDERA FUNDAMENTAL GARANTIR UMA MAIOR FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DA JUVENTUDE ANGOLANA, DE FORMA A AUMENTAR A SUA CAPACITAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL. PARA ISSO, FORAM TRAÇADAS AS

SEGUINTE LINHAS DE ACÇÃO:

- Promover o acesso ao ensino e uso das línguas regionais de Angola;
- Desenvolver e revitalizar as instituições museológicas existentes como forma de valorizar e preservar o património cultural angolano;
- Implementar a construção do edifício do Arquivo Nacional Histórico e criar arquivos provinciais que integrariam o Sistema Nacional de Arquivos;
- Garantir a criação de Casas de Cultura e de outras infraestruturas vocacionadas para espectáculos (teatro, dança, música e cinema) nos diversos municípios;
- Implantar mediatecas em todas as províncias do País como forma de estimular o uso de modernos recursos audiovisuais e multimédia e, por conseguinte, a criação de redes de leitura, artes e cultura;
- Construir a nova Biblioteca Nacional e implantar Bibliotecas Públicas em todo o País;
- Consolidar um sistema público municipal de gestão cultural.

SAÚDE

AS PRINCIPAIS PRIORIDADES PARA O PERÍODO 2012–2017 SÃO CLARAS: AMPLIAR A COBERTURA DOS SERVIÇOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO, REFORÇAR A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO SECTOR E MELHORAR A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS JÁ EXISTENTES. ATRAVÉS DESSAS ACÇÕES, O GOVERNO DO MPLA PRETENDE ATINGIR AS SEGUINTE METAS:

- Reduzir a mortalidade materna, infantil e infanto-juvenil;
- Garantir o acesso universal aos serviços primários de saúde;
- Consolidar o processo de reforma do sector e fortalecer o Serviço Nacional de Saúde, tendo o Município como centro das actividades;
- Promover a produção nacional de medicamentos, nomeadamente dos genéricos, e o uso da farmacopeia tradicional devidamente comprovada;
- Desenvolver a assistência farmacêutica como o objectivo de garantir a provisão de medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, de forma gratuita ou comparticipada;
- Aumentar o número de camas hospitalares, de 8 para até 16 por 10.000 habitantes;
- Construir centros hospitalares de excelência e de referência a nível nacional, regional e provincial, equipados com novas tecnologias de diagnóstico, tratamento e reabilitação e com técnicos e gestores devidamente habilitados;
- Reduzir significativamente as evacuações de doentes para diagnóstico e trata-



mento fora do País, criando as condições para que diagnósticos e tratamentos mais complexos sejam feitos em Angola;

Alcançar a cobertura de vacinação (Pentavalente 3 e Sarampo) dos menores de um ano, em todos os Municípios;

Interromper definitivamente a circulação do vírus da poliomielite;

Manter a prevalência do vírus VIH abaixo de 1% nos jovens de 15-24 anos, abaixo de 2% nos adultos de 15- 45 anos de idade e reduzir a transmissão vertical do VIH / mãe-criança;

Reduzir a mortalidade materna, infantil e infanto-juvenil, bem como a morbimortalidade por doenças no quadro nosológico nacional;

Prestar especial atenção às doenças crónica não transmissíveis;

Aumentar até 70% o acesso ao parto assistido por profissionais de saúde qualificados;

Aumentar a taxa de médicos de 2 para 5 em cada grupo de 10 mil habitantes;

Formar 7.000 enfermeiros e técnicos de saúde.

HABITAÇÃO

GARANTIR O DIREITO A UMA HABITAÇÃO CONDIGNA PARA TODOS OS CIDADÃOS ANGOLANOS CONSTITUIU, DESDE SEMPRE, UM DOS PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO MPLA. NESTE DOMÍNIO, FORAM REGISTADOS AVANÇOS SIGNIFICATIVOS NOS ÚLTIMOS ANOS, EMBORA AINDA INSUFICIENTES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO. PARA QUE O TRABALHO AVANCE COM MAIS RAPIDEZ, FORAM DEFINIDAS AS SEGUINTE PRIORIDADES PARA O PERÍODO 2012-2017:

Garantir a oferta de habitações em condições especiais de preço e financiamento para as camadas de menor poder aquisitivo;

Concluir, até o ano 2014, o Programa de Urbanismo e Habitação em curso;

Disponibilizar terrenos infraestruturados e legalizados para o atendimento das necessidades das famílias que pretendam construir casa própria em regime de auto-construção dirigida;

Promover o desenvolvimento sustentável do sistema urbano e do parque habitacional, com o fim de garantir a elevação do bem-estar social e económico da população mais carenciada;

Estabilizar o sistema de comercialização das construções de habitação social, no quadro da recuperação do investimento e da auto-sustentabilidade financeira e



económica do Programa de Urbanismo e Habitação;
Dar continuidade ao desenvolvimento de novas centralidades;
Prosseguir o processo de requalificação das cidades;
Repovoar localidades com o desenvolvimento de aldeias rurais.

AMBIENTE

EQUILIBRAR CRESCIMENTO COM PRESERVAÇÃO AMBIENTAL É UMA QUESTÃO CENTRAL NO MUNDO DE HOJE. NO CASO DE ANGOLA, O GRANDE DESAFIO POSTO PARA O PERÍODO 2012-2017 É CRIAR OS MECANISMOS NECESSÁRIOS PARA QUE O PAÍS SIGA CRESCENDO SEM QUE ISSO REPRESENTA UMA AMEAÇA AO SEU RICO PATRIMÓNIO AMBIENTAL. PARA ISSO, FORAM DEFINIDAS AS SEGUINTE PRIORITYDES:

Desenvolver um Sistema Nacional de Controlo de Indicadores Ambientais e inseri-los no Plano de Desenvolvimento Sustentável;

Assegurar a gestão integrada de recursos hídricos, visando a protecção dos ecossistemas e da biodiversidade;

Desenvolver um plano de monitorização ambiental para o sector petrolífero, de gás e da indústria petroquímica;

Fortalecer a Comissão Multisectorial do Ambiente de forma descentralizada e com foco na integração sustentável do território, no combate à seca, na gestão do solo e no combate ao desmatamento;



Integrar as entidades executoras da política ambiental, através de intervenções locais, zoneamento ecológico, económico, industrial e urbano;

Promover as tecnologias ambientais limpas, a legislação contra a poluição e a gestão ambiental de resíduos sólidos, do ar e da água.

PROTECÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA

O MPLA CONSIDERA QUE A PROTECÇÃO SOCIAL DAS CAMADAS MAIS VULNERÁVEIS DA POPULAÇÃO E O COMBATE À POBREZA DEVEM CONCENTRAR A MAIOR PARTE DOS ESFORÇOS DE GOVERNAÇÃO. NOS ÚLTIMOS ANOS, HOUE AVANÇOS CONSIDERÁVEIS NESSAS DUAS FRENTES, NÃO OBSTANTE A CRISE FINANCEIRA MUNDIAL, INICIADA EM 2008, TER OBRIGADO O PAÍS A DIMINUIR O RITMO DO SEU CRESCIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. AGORA, PORÉM, ANGOLA JÁ DÁ SINAIS CLAROS DE SUPERAÇÃO DA CRISE, O QUE NOS PERMITE APONTAR OS SEGUINTE OBJECTIVOS PARA O PERÍODO 2012–2017:

Continuar a desenvolver os Programas Municipais de Desenvolvimento Integrado e Combate à Pobreza;

Implementar um programa de rendimento mínimo (transferência directa de recursos) para pessoas em situação de risco e de extrema pobreza, associado ao cumprimento de acções de contrapartida que contribuam para a transformação da vida dos beneficiários e dos seus familiares;

Definir incentivos específicos para apoiar a agricultura familiar;

Implementar projectos de desenvolvimento rural integrados para a produção de alimentos e matérias-primas nos segmentos da agricultura, pecuária e pesca, com a construção e/ou reabilitação de infraestruturas básicas, assistência técnica, fornecimento de sementes, inputs, instrumentos de trabalho e equipamentos necessários à execução dos planos de produção;

Criar um subsídio de assistência social especialmente orientado para o idoso em lares, incluindo uma rede com cobertura nas capitais provinciais;

Garantir a protecção social das pessoas vulneráveis de acordo com o estabelecido na Lei de Bases da Protecção Social;

Promover programas de formação profissional e reinserção de pessoas com necessidades especiais;

Promover a mobilização das organizações e entidades sociais para contribuir nos programas de sustentação de rendimento mínimo nas situações de contingência;

Mobilizar as instituições da sociedade civil, organizações não-governamentais e organizações comunitárias para participar no esforço de concepção, execução e acompanhamento das acções direccionadas à melhoria da qualidade de vida.

FAMÍLIA E IGUALDADE DO GÉNERO

O MPLA CONSIDERA A AVALORIZAÇÃO DA FAMÍLIA E A IGUALDADE DO GÉNERO, BEM COMO O RESPEITO PELOS VALORES MORAIS DA CIDADANIA, COMO PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE E COESÃO NACIONAIS E DO ESTADO DEMOCRÁTICO E DE DIREITO. ASSIM, O MPLA CONSIDERA QUE NESTE DOMÍNIO DEVEM SER ADOPTADAS AS SEGUINTE MEDIDAS DE POLÍTICA:

Assegurar a formulação e implementação de políticas e programas integrados visando a protecção e a assistência à família, bem como a melhoria das suas condições de vida;

Reforçar a capacidade institucional das estruturas ligadas à família e melhorar os mecanismos de implementação das políticas, programas e projectos que visam a melhoria das condições de vida das famílias;

Criar um sistema de recolha, análise, difusão e armazenamento de dados concernentes ao domínio da família, de modo a possibilitar um melhor monitoramento dos aspectos essenciais ligados a vida das famílias;

Assegurar a sobrevivência, o desenvolvimento, a protecção e a participação dos grupos vulneráveis tais como as crianças, os jovens, as mulheres, os idosos, os portadores de deficiências e as famílias vivendo em situações difíceis;

Assegurar a redução da mortalidade e da morbilidade à maternidade com programas específicos que visem o aumento do papel das famílias neste domínio;

Desencorajar as práticas tradicionais que atentem contra os direitos humanos, os direitos da mulher e da rapariga;

Desenvolver campanhas de educação e sensibilização que tratem das questões relativas ao género, aos direitos humanos e ao respeito pelos direitos da mulher;

Promover a autonomia económica e financeira das mulheres, através do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e ao comércio;

Promover a participação das mulheres rurais nos órgãos de decisão e nas associações do meio rural;

Assegurar o crescimento gradual da participação das mulheres em cargos de decisão a todos os níveis, respeitando as metas fixadas pelos compromissos internacionais e regionais.



CRIANÇA

PARA O MPLA, A CRIANÇA É A PRIORIDADE ABSOLUTA TENDO EM CONTA QUE ELA REPRESENTA O FUTURO DE ANGOLA. POR ESTA RAZÃO, NO PERÍODO 2012-2017, O MPLA CONTINUARÁ A PRESTAR UMA ATENÇÃO ESPECIAL A ESTE SEGMENTO DA POPULAÇÃO, ADOPTANDO AS SEGUINTE MEDIDAS:

Promover a criação de instituições de reintegração social e formação profissional para atendimento às crianças e adolescentes em risco, com particular realce para as crianças de rua;

Promover uma política de atendimento às crianças em idade pré-escolar, em especial as portadoras de deficiência, as vítimas de maus tratos, negligência, exploração e abuso sexual, moral, social, psicológico e as que estejam em conflito com a lei;

Prestar particular atenção a reabilitação física, sensorial e psicomotora e social das crianças vítimas da guerra, em particular as crianças instrumentalizadas;

Promover a criação da ocupação dos tempos livres das crianças, evitando-se o seu descaminho ou a procura de outras formas menos aconselháveis para a sua diversão.

ANTIGOS COMBATENTES

O GOVERNO DO MPLA CONTINUARÁ A PROMOVER ACÇÕES DE NATUREZA POLÍTICA, ECONÓMICA, SOCIAL E CULTURAL VISANDO DIGNIFICAR OS ANTIGOS COMBATENTES E VETERANOS DA PÁTRIA. ESSE RECONHECIMENTO AOS ANGOLANOS QUE PARTICIPARAM DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E NA DEFESA DA PÁTRIA PRESSUPÕE A EFECTIVA IMPLEMENTAÇÃO DAS SEGUINTE MEDIDAS DURANTE O PERÍODO 2012 –2017:

Garantir incentivos para o aumento e diversificação dos rendimentos dos Antigos Combatentes, Veteranos da Pátria e ex-militares;

Dinamizar os circuitos de comercialização local através do aproveitamento de mão-de-obra de ex-militares e Veteranos da Pátria;

Promover acções de qualificação profissional que proporcionem a reinserção de Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria no processo produtivo do País;

Criar mecanismos adicionais de apoio às famílias dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, principalmente nos campos da habitação e da assistência médica e medicamentosa;

Garantir a prestação de serviços de assistência jurídica no âmbito da materialização dos direitos que a Lei confere aos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria;

Melhorar o acesso à reabilitação integral de ex-militares com deficiência.





ELEVAR A INSERÇÃO DA JUVENTUDE NA VIDA ACTIVA



A JUVENTUDE ANGOLANA, SEGMENTO SOCIAL QUE CONSTITUI O MAIOR POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS, AINDA ENFRENTA DIFICULDADES DE GRANDE DIMENSÃO, TAIS COMO ALTAS TAXAS DE DESEMPREGO, DIFÍCIL INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, DIFÍCIL ACESSO À EDUCAÇÃO E À HABITAÇÃO CONDIGNA, PREVALÊNCIA DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, ENTRE OUTROS CONSTRANGIMENTOS. POR ISSO, O MPLA TEM IMPLEMENTADO UMA SÉRIE DE ACÇÕES QUE, NO SEU CONJUNTO, VISAM ABRIR VÁRIAS OPORTUNIDADES AOS NOSSOS JOVENS. É O CASO DO PROGRAMA ANGOLA JOVEM, QUE OFERECE OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INICIATIVAS EMPREENDEDORAS DOS JOVENS, PROMOVE A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS, DESENVOLVE CURSOS DE CAPACITAÇÃO E OFERECE ESTÍMULOS PARA A FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS EM DIVERSOS DOMÍNIOS. A META É INTENSIFICAR ESSE TRABALHO NO PERÍODO 2012 –2017 ATRAVÉS DAS SEGUINTE INICIATIVAS:

APOIO À JUVENTUDE



Ampliar a oferta de programas de formação profissional e criar fundos de incentivo e apoio aos jovens empreendedores;

Assegurar o acesso de 50.000 jovens ao crédito bonificado, visando a melhoria das suas condições de vida (habitação, pequenos negócios, estudo, etc.);

Assegurar a reinserção de 185.000 jovens desmobilizados e outros com necessidades especiais, concedendo-lhes oportunidades de desenvolvimento social e profissional;

Mobilizar os jovens para a auto-construção dirigida, proporcionando o acesso a terrenos infraestruturados, a assistência técnica na implementação das obras e o correspondente crédito bonificado;

Continuar a implementar o projecto de construção de casas da juventude em cada capital de província e de centros comunitários da juventude em cada município;

Priorizar a contratação de mão-de-obra jovem nos programas de construção e de relançamento da economia nacional;



Promover cursos de formação profissional tecnológica, virados para a aprendizagem de matérias que facilitem a rápida integração dos jovens no mercado de emprego;

Implantar um banco de dados de jovens talentosos e criar oportunidades que lhes permitam evoluir e participar activamente do processo de desenvolvimento do País;

Promover a participação massiva de jovens no domínio das tecnologias de informação e comunicação, habilitando-os para uma melhor integração cultural e sócio profissional;

Promover a realização de feiras de emprego, com a participação das universidades, centros de formação profissional, centros de emprego e empresas, visando impulsionar as oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho;

Criar condições para a implementação gradual do cartão jovem, proporcionando aos jovens estudantes e carenciados uma série de benefícios na aquisição de bens e serviços públicos;

Desenvolver o Observatório Nacional da Juventude com os meios técnicos e humanos necessários para a realização de estudos sobre o perfil, atitudes e necessidades dos jovens, objectivando subsidiar as políticas públicas para a juventude;

Realizar festivais e acampamentos nacionais, excursões e colónias de férias com o objectivo de promover o intercâmbio interprovincial, reforçar a unidade nacional e o conhecimento da realidade social, cultural e económica do País;

Desenvolver projectos que visem a prevenção das infecções de transmissão sexual, incluindo o VIH e SIDA, a gravidez precoce e a influência de hábitos que traduzem diferentes formas de delinquência infanto-juvenil.

DESPORTO

Generalizar o desporto nas escolas e comunidades, garantindo as condições necessárias (materiais e humanas) para a sua prática;

Integrar o Projecto de Desporto Escolar de forma articulada e continuada, no conjunto dos objectivos gerais e específicos do Plano de Actividade das Escolas;

Incentivar e criar condições para a prática desportiva de pessoas com necessidades especiais;

Incluir o desporto nas celebrações de efemérides nacionais como forma de mobilizar e estimular crianças, adolescentes e jovens à prática desportiva;

Aprovar a Lei do Mecenato com vista a captação de financiamento e patrocínio para as actividades desportivas;

Revitalizar o Fundo de Apoio à Juventude e ao Desporto e implementar efectivamente as suas fontes de financiamento;

Assegurar os meios necessários para o aperfeiçoamento permanente do desporto de alto rendimento, através da melhoria do subsistema do desporto na escola;

No desporto de alto rendimento, adoptar o princípio da priorização das modalidades que garantam melhores resultados desportivos, relativamente aos investimentos realizados, bem como desenvolver as modalidades do desporto individual;

Prosseguir os esforços tendentes a manter os elevados níveis de competitividade nas modalidades de basquetebol masculino, andebol feminino e no desporto para-olímpico e promover acções tendentes a melhorar ou relançar outras modalidades, com particular destaque para o futebol;

Construir campos relvados em todas as capitais de província e estádios de futebol com capacidade de até 10.000 lugares, equipados com pistas de atletismo, prioritariamente nas províncias onde não existam;

Construir quadras polidesportivas cobertas com capacidade de até 3.000 lugares, em todas as capitais de província;

Construir Centros Especializados de Treinamento e de Alto Rendimento e a Vila Olímpica.





GARANTIR OS PRESSUPOSTOS BÁSICOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO



A OPÇÃO DO MPLA POR UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PONTO DE VISTA TERRITORIAL, ECONÓMICO E SOCIAL MANTÉM-SE ACTUAL. O MPLA PUGNA POR UMA SOCIEDADE EM QUE IMPERE A JUSTIÇA SOCIAL E QUE GARANTA O ACESSO GENERALIZADO DAS FAMÍLIAS À HABITAÇÃO CONDIGNA, À ÁGUA POTÁVEL E À ENERGIA ELÉCTRICA, AOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE E A OUTROS BENS PÚBLICOS QUE CONTRIBUAM PARA O AUMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DO POVO ANGOLANO.

POR ESTA RAZÃO, O FOCO DO PROGRAMA DE GOVERNAÇÃO DO MPLA PARA O PERÍODO 2012-2017 É FAZER COM QUE AS POLÍTICAS ECONÓMICAS, FINANCEIRAS E SOCIAIS CONVIRJAM TODAS PARA A MESMA DIRECÇÃO: A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS ANGOLANOS, EM ESPECIAL DAQUELES SEGMENTOS DA POPULAÇÃO QUE SE APRESENTAM MAIS CARENTES DE APOIO E ATENÇÃO. PARA ATINGIR ESTE GRANDE OBJECTIVO, O MPLA VAI INCREMENTAR NÃO APENAS AS ACÇÕES E OS PROGRAMAS SOCIAIS JÁ EM ANDAMENTO, MAS TAMBÉM CRIAR CONDIÇÕES AINDA MAIS FAVORÁVEIS AO CRESCIMENTO ECONÓMICO E SUSTENTADO DO PAÍS, PRESSUPOSTO FUNDAMENTAL PARA A ASCENSÃO SOCIAL DOS ANGOLANOS.

MACROECONOMIA



A INFLAÇÃO, MAL ECONÓMICO E SOCIAL QUE CORRÓI O PODER DE COMPRA DAS PESSOAS E CRIA INCERTEZAS NO MUNDO DOS NEGÓCIOS, TEM SEGUIDO UMA TRAJECTÓRIA NITIDAMENTE DECRESCENTE DESDE 2002, TENDO SAÍDO DE UMA TAXA ACUMULADA ANUAL DE 105,6%, NAQUELE ANO, PARA 11,38% EM 2011. PARA O ANO DE 2012 PREVÊ-SE UMA TAXA DE 10%. A MOEDA NACIONAL, POR CONSEQUENTE, TEM-SE TORNADO CADA VEZ MAIS ESTÁVEL E TEM REFORÇADO O SEU PAPEL DE MEIO DE TROCA E RESERVA DE VALOR.



O CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA É NOTÁVEL. DE 2002 A 2008, O PAÍS MANTEVE UM CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL ACIMA DE 17%, COLOCANDO-SE ENTRE AS NAÇÕES COM MAIOR CRESCIMENTO DO MUNDO.

NUMA ALTURA EM QUE O MUNDO INTEIRO VIVIA UMA SITUAÇÃO DE RECESSÃO OU DE FORTE RETRACÇÃO ECONÓMICA, NOS ANOS UNIVERSALMENTE DIFÍCEIS DE 2009 E 2010, ANGOLA LOGROU ALCANÇAR TAXAS DE CRESCIMENTO NÃO MUITO DISTANTES DA TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DO PAÍS, QUE É DE 3%, O QUE SIGNIFICA QUE, EM TERMOS PER CAPITA MÉDIOS REAIS, O PAÍS NÃO RETROCEDEU.

NO SENTIDO DE GARANTIR UM CRESCIMENTO ECONÓMICO ROBUSTO E SUSTENTÁVEL, NO PERÍODO 2012-2017 O MPLA PROPÕE-SE ALCANÇAR AS SEGUINTE METAS NO DOMÍNIO MACROECONÓMICO:

Garantir uma taxa média anual de crescimento do PIB de até 7%, com taxas médias anuais de crescimento real do PIB não petrolífero não inferiores a 8% e taxas médias anuais de crescimento real do PIB petrolífero não inferior a 3%;

Manter uma taxa de desemprego inferior a 20%;

Sustentar uma taxa de ocupação laboral da força de trabalho activa de 90%;

Manter a inflação acumulada anual em um patamar não superior a 9% e assegurar, assim, a estabilidade dos preços;

Assegurar uma taxa de câmbio estável, ao nível do equilíbrio, tendo em conta os fundamentos macroeconómicos;

Reduzir a média anual do saldo primário não petrolífero em cerca de 1,5 pontos percentuais do PIB;

Manter o stock da dívida pública abaixo dos 50% do PIB;

Preservar o valor do Kwanza, de modo que a moeda nacional se converta no único meio de pagamento de aceitação geral no mercado interno;

Fomentar o aumento da oferta dos principais bens de consumo para a população, com base na produção interna e complemento pela importação a preços acessíveis.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA CONTRIBUI DECISIVAMENTE PARA A GERAÇÃO DE EMPREGOS E A ESTABILIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES NO

MEIO RURAL, PARA O COMBATE À FOME E PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO DE TODO O PAÍS. ATENTO A ESSE FACTO, O MPLA TEM GARANTIDO UM FIRME APOIO AO SECTOR AGROPECUÁRIO E VAI AMPLIAR ESSE TRABALHO NO PERÍODO 2012-2017 CONFORME INSCRITO NO PROGRAMA DE GOVERNO, ONDE SE ESTABELECEM AS SEGUINTE METAS:

Aumentar a competitividade e o desenvolvimento sustentável do sector agrícola, com ênfase na diversificação da produção e no aumento da produtividade, nomeadamente de alimentos para o consumo interno, contribuindo deste modo para a substituição das importações;

Reabilitar as infraestruturas de apoio à actividade produtiva no meio rural;

Alcançar uma produção anual de 2.5 milhões de toneladas de cereais; 1 milhão de toneladas de grãos (feijão, amendoim e soja); 20 milhões de toneladas de mandioca; e 1.5 milhões de toneladas de batata rena;

Cobrir em até 60% as necessidades domésticas em frango e em até 50% as necessidades em carne bovina, caprina e ovina;

Reduzir em até 15% a importação de leite e expandir o seu consumo, com recurso a produção interna, para um maior número de pessoas;

Cobrir em até 60% as necessidades domésticas em açúcar.

PESCA E AQUICULTURA

O SECTOR DAS PESCAS OCUPA UM LUGAR ESTRATÉGICO ENTRE AQUELES COM MAIOR POTENCIAL PARA GERAR EMPREGOS E COMBATER A FOME. EM FUNÇÃO DISSO, O PROGRAMA DE GOVERNO DO MPLA PARA O PERÍODO 2012-2017 PREVÊ AS SEGUINTE ACÇÕES:

Melhorar as infraestruturas de apoio às pescas e à aquicultura e desenvolver a indústria de processamento e transformação do pescado e do sal;

Alcançar uma produção média anual de até 400 mil toneladas de pescado e crustáceos (camarão e gambas) e de até 95 mil toneladas de sal;

Organizar um sistema de apoio às cooperativas de pesca e aquicultura;

Incentivar as iniciativas empresariais voltadas para a produção em larga escala de camarão e bivalves, principalmente para exportação;

Construir portos e terminais pesqueiros para a pesca semi-industrial e industrial nas províncias de Luanda, Namibe e Kwanza-Sul.



INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

A INDÚSTRIA TRANSFORMADORA TEM MOSTRADO UMA TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO CONSTANTE NOS ÚLTIMOS ANOS E, EM 2010, JÁ ERA RESPONSÁVEL POR 6,5% DO PIB ANGOLANO, EMBORA O SECTOR CONTINUE AFECTADO POR UMA SÉRIE DE DEBILIDADES ESTRUTURAIS. FOI LEVANDO EM CONTA ESSES ASPECTOS QUE O PROGRAMA DE GOVERNO DO MPLA PARA O PERÍODO 2012-2017 TRAÇOU OS SEGUINTE OBJECTIVOS:

Promover o desenvolvimento do sector em bases sustentáveis, contribuindo para a geração de empregos, o aproveitamento de matérias-primas agrícolas e mineiras, a distribuição territorial das actividades, o equilíbrio da balança comercial e a economia de divisas;

Formar, em parceria com o CINFOTEC, operários, técnicos e gestores das empresas industriais existentes e a serem criadas;

Reforçar os órgãos de suporte da actividade industrial, nomeadamente, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA), o Instituto Angolano de Normalização e Qualidade (IANORQ) e o Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI);

Contribuir de modo significativo para a substituição de importações estabelecendo como meta um crescimento médio anual de 10%, com a seguinte decomposição por subsectores: Indústria Alimentar - 13%; Bebidas - 11%; Papel e Embalagem de Papel - 8%; Minerais não Metálicos - 11%; Produtos de Metal - 7%; Indústrias Têxteis e de Confecções - 12%; Química - 2%; e Equipamento de Transporte - 6%.



INDÚSTRIA EXTRACTIVA NÃO PETROLÍFERA

A APROVAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE GEOLOGIA E MINAS PERMITIU DESENVOLVER UM CONJUNTO DE ACÇÕES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO MINEIRA DO PAÍS E, CONSEQUENTEMENTE, PARA O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO SECTOR NO PIB. NESTE DOMÍNIO, O MPLA CONSIDERA QUE DEVEM SER PERSEGUIDOS OS SEGUINTE OBJECTIVOS:

Aumentar o conhecimento do potencial geológico-mineiro do País de modo a contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento de Angola;

Diversificar a produção mineira em apoio à indústria transformadora nacional e à construção civil;

Implementar projectos para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes nas zonas mineiras, em especial nas áreas de habitação, saúde, água potável, educação, agropecuária e infraestruturas básicas;

Criar uma Bolsa de Diamantes, tendo em vista a valorização do diamante nacional, o combate ao tráfico ilegal e a organização dos respectivos mercados;

Implementar o Programa de Diversificação da Indústria Mineira e o Programa de Produção Artesanal de Diamantes;

Aumentar a produção média anual de diamantes em até 5%; de granito em até 47.141 m³; de mármore em até 6.602 m³; e de quartzo em até 26.409 m³.

INDÚSTRIA PETROLÍFERA

O PETRÓLEO E O GÁS NATURAL CONTINUARÃO A SER AS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS ORÇAMENTAIS E DE EXPORTAÇÃO DO PAÍS. PELA SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE ANGOLA, EM PARTICULAR NO QUE RESPEITA AO FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS, O MPLA ESTABELECE AS SEGUINTE METAS PARA O PERÍODO 2012-2017:

Licitar novas concessões petrolíferas e aumentar progressivamente o papel da Sonangol como empresa operadora;

Garantir a auto-suficiência nacional em termos de produção de refinados, com a implementação dos projectos de construção das refinarias do Lobito e do Soyo;

Intensificar as actividades de prospecção, pesquisa de petróleo bruto e gás natural;

Desenvolver a indústria do gás natural e da petroquímica;

Promover investimentos em biocombustíveis a partir de culturas agrícolas se-



leccionadas, sem afectar a oferta nacional de alimentos e a segurança alimentar estratégica do País;

Definir um ritmo de exploração de petróleo e gás natural que considere a evolução das reservas técnicas (provadas e prováveis), as alterações e as transformações da matriz energética mundial e os respectivos preços a médio e longo prazos;

Promover a identificação e caracterização de novas reservas de petróleo e de gás natural economicamente exploráveis;

Implementar as bases gerais estratégicas para a exploração do pré-sal;

Construir mais postos de abastecimento com o objectivo de expandir e melhorar a rede de distribuição em todo o território nacional.

ENERGIA

O DÉFICIT ENERGÉTICO EM ANGOLA AINDA É GRANDE, APESAR DOS ESFORÇOS QUE TÊM SIDO FEITOS NO SENTIDO DE REABILITAR OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DA ENERGIA ELÉCTRICA. A MÉDIO PRAZO, PORÉM, A TENDÊNCIA É QUE ESSE TRABALHO PRODUZA RESULTADOS SIGNIFICATIVOS. A APROVAÇÃO DA ESTRATÉGIA E POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL VAI CONTRIBUIR PARA ISSO NA MEDIDA EM QUE ESTABELECE PRIORIDADES CLARAS PARA O SECTOR, INCLUINDO A CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ELECTRIFICAÇÃO RURAL. PARA O PERÍODO DE 2012-2017 AS METAS A SEREM ALCANÇADAS SÃO:

Operacionalizar, até ao final do ano 2014, uma capacidade de geração de até 1.500 MW e, até 2016, de até 5.000 MW;

Estabelecer sistemas públicos de abastecimento em até 82 sedes municipais (de um total de 166) e em até 271 sedes comunais (de um total de 531), até ao final de 2014;

Reabilitar e modernizar todas as redes de distribuição das capitais de províncias;

Interligar os sistemas Norte e Centro e operacionalizar o Sistema Leste (Lundas e Moxico);

Aumentar e diversificar a produção de electricidade com uso de fontes hídricas, solar, eólica e biomassa.

ÁGUAS

O PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS TEM AUMENTADO DE MODO SIGNIFICATIVO A COBERTURA EM ÁGUA POTÁVEL NO MEIO RURAL, A QUAL PASSOU DE 22% EM 2009, PARA 44% EM 2011. NO MEIO URBANO, O GRAU DE COBERTURA CRESCER DE



33% PARA 56%, NO MESMO PERÍODO. A CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS E A ACTUALIZAÇÃO DOS PLANOS DIRECTORES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, DE VÁRIAS SEDES MUNICIPAIS, FORAM OUTROS AVANÇOS QUE O SECTOR EXPERIMENTOU MAIS RECENTEMENTE. TENDO EM CONTA OS BENEFÍCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA E SOCIAL QUE ESTE SERVIÇO PROPORCIONA, O PROGRAMA DE GOVERNO DO MPLA PARA O PERÍODO 2012-2017, CONSIDERA QUE SE DEVE CONTINUAR A PERSEGUIR OS SEGUINTE OBJECTIVOS:

Assegurar níveis de cobertura de até 100 % nas zonas urbanas e de até 80% nas zonas rurais;

Assegurar a monitorização efectiva da qualidade da água para garantir um alto padrão no abastecimento voltado para o consumo humano;

Servir, de forma regular e contínua, a maior percentagem de população possível, com a progressiva elevação da qualidade do serviço a um preço acessível;

Prosseguir a construção de pequenos sistemas e pontos de abastecimento de água e saneamento comunitário nas áreas suburbanas e rurais;

Assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, visando a protecção dos ecossistemas e da biodiversidade.

CONSTRUÇÃO E URBANISMO

A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO INCLUI NÃO SÓ ASPECTOS LIGADOS A HABITAÇÃO, COMO TAMBÉM A REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PRODUTIVAS E SOCIAIS E O ORDENAMENTO DAS ÁREAS URBANAS, PERIURBANAS E RURAIS. DADA A IMPORTÂNCIA DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO E URBANISMO, O PROGRAMA DE GOVERNAÇÃO DO MPLA PARA O PERÍODO 2012-2017 PREVÊ O SEGUINTE:



Continuar a reabilitar as infraestruturas angolanas, incluindo as redes de transportes e saneamento básico, as vias secundárias e terciárias, as infraestruturas de apoio ao meio rural e os equipamentos sociais;

Promover a realização coordenada de investimentos públicos em infraestruturas urbanas, harmonizando com as intervenções dos sectores de energia e águas, saúde, educação, cultura, desporto e lazer e da administração do território;

Constituir e desenvolver o sistema urbano nacional que organize as aglomerações urbanas em rede de serviços regionais e locais policêntricos, valorizando os seus atributos específicos;

Reforçar o papel institucional do Estado como promotor do ordenamento e de gestor do território;

Incentivar e apoiar o desenvolvimento de empresas nacionais de construção civil.

COMÉRCIO

A ACTIVIDADE COMERCIAL EM ANGOLA AINDA É SUSTENTADA BASICAMENTE PELAS IMPORTAÇÕES, ENQUANTO O CIRCUITO DE DISTRIBUIÇÃO É CARACTERIZADO POR SITUAÇÕES DE OLIGOPÓLIO, AMBOS OS FACTORES BASTANTE PREJUDICIAIS AOS CONSUMIDORES. POR ESTA RAZÃO, É FUNDAMENTAL REESTRUTURAR O SECTOR COM BASE EM DUAS PRIORIDADES: PROMOVER A FORMALIZAÇÃO GRADUAL DO COMÉRCIO INFORMAL E FOMENTAR O COMÉRCIO RURAL. PARA ALCANÇAR ESSAS E OUTRAS METAS, FORAM DEFINIDAS AS SEGUINTE LINHAS DE ACÇÃO:

Promover a realização de investimentos em infraestruturas que assegurem a recepção, o armazenamento e a conservação dos produtos nas zonas de maior produção e que garantam a distribuição dos mesmos por todo o País;

Reforçar a actividade reguladora do Estado, devendo para o efeito desenvolver um sistema de informação comercial sólido e fiável;

Criar estímulos com vista ao estabelecimento de uma rede grossista assente em empresários nacionais, capaz de contribuir de forma decisiva para a normalização da oferta de produtos e assegurar a estabilização dos preços;

Consolidar a existência de uma rede comercial retalhista que seja capaz de converter de modo progressivo e gradual a rede comercial informal numa rede formal convenientemente estruturada;

Aplicar, nos limites permitidos pelos convénios internacionais, medidas de protecção à produção nacional com capacidade de competir no mercado internacional, combinadas com acções que visem o fomento à exportação;

Alargar o Programa de Promoção do Comércio Rural a todo o País.

TURISMO

SECTOR QUE TEM EXPERIMENTADO UM GRANDE AVANÇO NOS ÚLTIMOS ANOS. O TURISMO ATRAI INVESTIMENTOS, GERA EMPREGOS, DINAMIZA O COMÉRCIO E ARRECADA DIVISAS PARA O PAÍS. PELA SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA, É UM DOMÍNIO QUE VAI MERECER ESPECIAL ATENÇÃO NO PROGRAMA DE GOVERNO DO MPLA PARA O PERÍODO 2012-2017, O QUAL PERSEGUIRÁ OS SEGUINTE OBJECTIVOS:

- Implementar o Plano Director para o Desenvolvimento do Turismo no País;
- Definir os planos territoriais e de ordenamento turístico das Províncias;
- Criar um Sistema Nacional de Formação Profissional para o sector do turismo;
- Construir, reabilitar e apetrechar Escolas Técnico-Profissionais do sector;
- Implantar um sistema de certificação mediante atribuição de carteiras profissionais para os profissionais do sector;
- Desenvolver um sistema de normas e certificação da qualidade, específico para os estabelecimentos hoteleiros, incluindo certificação da infraestrutura e dos métodos de gestão;
- Criar o Plano Estratégico de Marketing e Promoção para o Sector;
- Actualizar o Inventário e Cadastro dos Recursos Turísticos;
- Implantar uma central de informações de apoio aos visitantes e turistas;
- Desenvolver os polos de desenvolvimento turístico de Kalandula, Cabo Ledo e da Bacia do Okavango;
- Reforçar as competências técnicas nacionais com vista ao desenvolvimento do Projecto Okavango Zambeze – KAZA/TFCA na componente angolana.

TRANSPORTES

O SECTOR DOS TRANSPORTES DESEMPENHA UM PAPEL FUNDAMENTAL NA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA, PODENDO SER CONSIDERADO O MOTOR PARA A EXPANSÃO DE TODA A ACTIVIDADE PRODUTIVA DO PAÍS. NESTE DOMÍNIO, O PROGRAMA DE GOVERNO DO MPLA PARA O PERÍODO 2012-2017 PERSEGUIRÁ AS SEGUINTE METAS:

- Desenvolver e melhorar de modo significativo o transporte público de passageiros em todo o território nacional;
- Concluir a recuperação e o lançamento da rede de transportes ferroviários;
- Construir o novo aeroporto de Luanda e proceder à reabilitação dos restantes aeroportos e aeródromos;



- Alargar o transporte marítimo de cabotagem a toda a costa angolana;
- Concluir o programa de recuperação, modernização e alargamento dos portos existentes e iniciar a construção dos novos portos de Luanda (Dande) e Cabinda;
- Repôr o transporte marítimo internacional de bandeira angolana;
- Expandir a rede de táxis no País;
- Implantar os centros de inspecção de viaturas.

TELECOMUNICAÇÕES

NUM MUNDO CADA VEZ MAIS GLOBALIZADO E COMPETITIVO, AS TELECOMUNICAÇÕES DESEMPENHAM UM PAPEL ESSENCIAL NO QUE RESPEITA AO AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA VIDA PRODUTIVA E DE SERVIÇOS DO PAÍS E, POR CONSEQUENTE, DA SUA PRODUTIVIDADE. NESTE DOMÍNIO, O GOVERNO DO MPLA COMPROMETE-SE A ALCANÇAR OS SEGUINTE OBJECTIVOS NO QUINQUÉNIO 2012-2017.

Garantir a conectividade e acesso dos cidadãos, da administração pública e das empresas, através de uma infraestrutura presente em todo o território nacional, para os vários segmentos do mercado, com a largura de banda, qualidade de serviço e a custos adequados;

Assegurar as comunicações nacionais bem como as ligações internacionais necessárias à inserção de Angola no mundo global;

Democratizar o acesso à internet e levar a banda larga até aos cidadãos e empresas;

Promover o acesso às TIC aos estudantes e jovens de um modo geral;

Instalar até 400.000 linhas da rede fixa;

Atingir um número de usuários da rede móvel até 12.000.000;

Atingir um número de subscritores de internet (fixo e móvel) até 1.800.000;

Atingir um nível de cobertura de até 100% das comunicações nas sedes municipais;

Garantir um nível de acesso a televisão digital de até 72% nas capitais provinciais; de até 78% nas sedes municipais; e de até 30% nas sedes comunais.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO É O FACTOR DECISIVO PARA GARANTIR O CRESCIMENTO PERENE, POIS CONDUZ OS PAÍSES A OBTER GANHOS DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE SISTEMÁTICOS, LEVANDO, POR CONSEQUENTE, A INOVAÇÃO QUANTO À PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRODUZIDOS. TENDO EM CONTA A SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA, O MPLA CONSIDERA QUE, NO PERÍODO 2012-2017, DEVEM PERSEGUIR-SE OS SEGUINTE OBJECTIVOS:

Promover a formação de quadros superiores com elevadas qualificações científicas e tecnológicas, nas melhores instituições universitárias do mundo que sejam líderes do conhecimento científico e tecnológico;

Apoiar e criar incentivos materiais para o fomento da pesquisa e investigação a todos os níveis dos sistemas de educação e formação;

Promover alianças estratégicas com empresas multinacionais líderes na pesquisa aplicada e centros de investigação tecnológica;

Criar um sistema de subsídios à pesquisa e investigação, individual e de grupo;

Criar bibliotecas, mediatecas e centros de documentação especializados em obras de pesquisa e desenvolvimento.



POLÍTICA NACIONAL DE POPULAÇÃO

TENDO EM CONTA A IMPORTÂNCIA DO FACTOR POPULAÇÃO EM TODO O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA, O MPLA CONSIDERA QUE NO PERÍODO 2012-2017 DEVERÃO SER LEVADAS A CABO AS SEGUINTE ACÇÕES:

Realizar, em 2013, o primeiro censo populacional em Angola após a Independência do País;

Definir uma Política Nacional de População (PNP) que inclua uma Política Integrada de Imigração. Esta política deverá estar inserida na Estratégia de Desenvolvimento do País e deverá envolver aspectos como a imigração de quadros qualificados, o apoio directo aos regressados da diáspora e a imigração temporária para responder às necessidades específicas do mercado do trabalho. A mesma deverá respeitar os direitos humanos e os tratados e convenções subscritos por Angola, contemplando os mecanismos de prevenção, controlo e repressão da imigração clandestina;

Criar uma unidade orgânica específica sobre população no Departamento Ministerial encarregue do planeamento estratégico do País, a quem competirá, em articulação com os Ministérios sectoriais e a sociedade civil, a formulação, o acompanhamento e a avaliação da implementação da PNP;

Criar o Concelho Nacional de População, que assegure a ligação e participação da sociedade civil e dos diversos departamentos públicos na formulação, acompanhamento e avaliação da PNP.

POLÍTICA ACTIVA DE EMPREGO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS NACIONAIS

PARA UM PAÍS NOVO COMO ANGOLA, QUE VIVE NESTE MOMENTO UMA SITUAÇÃO DE DESEMPREGO RELATIVAMENTE ELEVADO, O MPLA CONSIDERA QUE SE DEVEM TOMAR MEDIDAS E ACCIONAR MECANISMOS QUE EVITEM QUE A FORÇA DE TRABALHO ESTRANGEIRA SE APRESENTE COM PRIVILÉGIOS EM DETRIMENTO DA NACIONAL QUANDO SE ESTIVER PERANTE O MESMO NÍVEL DE QUALIFICAÇÕES. O MPLA CONSIDERA, ASSIM, QUE OS QUADROS NACIONAIS DEVEM SER CONSTANTEMENTE VALORIZADOS, PELO QUE DEVEM SER TOMADAS MEDIDAS PARA REMOVER SITUAÇÕES EM QUE QUADROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

COM AS MESMAS QUALIFICAÇÕES, CATEGORIAS E FUNÇÕES AUFIRAM SALÁRIOS SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES. O MPLA CONSIDERA QUE, NESTE DOMÍNIO, DEVEM SER ALCANÇADOS OS SEGUINTE OBJECTIVOS:

Accionar mecanismos que evitem que a força de trabalho estrangeira se apresente com privilégios em detrimento da mão-de-obra nacional, quando se estiver perante o mesmo nível de qualificações;

Incrementar as acções do Sistema Nacional de Formação Profissional de forma a adequá-las às necessidades do mercado de trabalho nos distintos sectores da economia;

Promover e intensificar a formação de quadros altamente qualificados que satisfaçam as necessidades nacionais;

Tornar obrigatória a realização de concursos nacionais para a contratação de mão-de-obra qualificada, antes de se optar pelo mercado externo, para o preenchimento, com cidadãos nacionais, de vagas em posições de alta direcção em empresas de grande dimensão com capital estrangeiro;

Regular as normas gerais de contratação de mão-de-obra estrangeira, definindo o seu grau de qualificação, o âmbito e os prazos de vigência dos contratos, bem como a obrigatoriedade de treinamento on job da mão-de-obra nacional que a deverá substituir findo o prazo do contrato;

Avaliar permanentemente os cursos ministrados no sistema de ensino nacional e os serviços prestados nos centros de emprego visando a substancial melhoria dos mesmos;

Implementar mecanismos de coordenação e integração entre os sistemas do ensino superior, do ensino técnico profissional e de formação profissional.

DESENVOLVIMENTO DOS CLUSTERS

O MPLA CONSIDERA QUE A DIVERSIFICAÇÃO PROGRESSIVA DA BASE ECONÓMICA DO PAÍS E DAS EXPORTAÇÕES, BEM COMO A SUA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NÃO DEVEM SER FEITAS DE MODO ESPONTÂNEO E DIFUSO, MAS SIM NA BASE DE UMA COORDENAÇÃO PERFEITA ENTRE OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E OS INVESTIMENTOS PRIVADOS, COM OS PRIMEIROS A CRIAREM AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O AUMENTO DE EFICIÊNCIA DOS SEGUNDOS.

COM BASE NO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, O PAÍS DEVE CRESCER EM REDE, ATRAVÉS DE CLUSTERS QUE CRIARÃO AS VANTAGENS COMPARATIVAS DINÂMICAS CAPAZES DE SUSTENTAR O POSICIONAMENTO DE ANGOLA NOS SEGMENTOS



DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE MAIOR VALOR ACRESCENTADO.

O MPLA ESTÁ CONSCIENTE QUE, COM ESTE MODELO, O CRESCIMENTO ECONÓMICO SERÁ MAIS RÁPIDO E SUSTENTADO, EVITANDO-SE DESPERDÍCIOS DE FACTORES DE PRODUÇÃO, HAVENDO GANHOS EM ECONOMIAS DE ESCALA E O ESTADO, ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE ACÇÕES E PROJECTOS INTERRELACIONADOS, COMPLEMENTARES E SINÉRGICOS RELATIVAMENTE AO SECTOR PRIVADO, FOCADOS EM EMPREENDIMENTOS CAPAZES DE ALAVANCAR OS CLUSTERS E AS CADEIAS PRODUTIVAS, CONTRIBUI SIGNIFICATIVAMENTE PARA ELEVAR A PRODUTIVIDADE NACIONAL E PARA A EXPANSÃO DO RENDIMENTO NACIONAL E DO EMPREGO.

NO PERÍODO 2012-2017 O MPLA CONSIDERA QUE SE DEVE INICIAR A ESTRUTURAÇÃO DOS CLUSTERS DA ÁGUA, DA ALIMENTAÇÃO E AGROPECUÁRIA, DA HABITAÇÃO E DOS TRANSPORTES E LOGÍSTICA. PARA O EFEITO DEVERÃO ADOPTAR-SE AS SEGUINTE MEDIDAS DE POLÍTICA:

Criação e consolidação de dinâmicas de cooperação entre empresas e, entre estas e o sistema de ensino e formação, os centros de saber, as infraestruturas tecnológicas, as instituições financeiras, criando o ecossistema de desenvolvimento dos clusters;

Identificação de áreas geográficas de confluência e caminhos críticos para a consolidação de redes e parcerias que permitam a extensão das cadeias de valor e a geração de maior valor acrescentado;

Estimular a cooperação entre empresas a montante e a jusante das cadeias de valor: aprovisionamento, difusão de tecnologias, certificação, concepção do produto e design, distribuição e e-business;

Desenvolvimento da pesquisa aplicada e desenvolvimento em consórcio;

Captação mais focalizada de Investimento Directo Estrangeiro (IDE);

Desenvolvimento da formação de recursos humanos para perfis-chave;

Criação, no âmbito do Departamento do Executivo encarregue do Planeamento Estratégico, de um órgão que envolva estruturas representativas do empresariado nacional, os governos provinciais e os departamentos ministeriais relevantes, para apoiar o processo de formulação de políticas e para acompanhar a execução do plano de criação das premissas para o desenvolvimento dos clusters e networks regionais.

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DO TERRITÓRIO

A LONGA GUERRA A QUE O PAÍS ESTEVE SUBMETIDO CONDUZIU A SÉRIOS DESE-

QUILÍBRIOS TERRITORIAIS, PORQUE PROVOCOU GRANDES MIGRAÇÕES INTERNAS E ACELEROU O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO PARTICULARMENTE DAS PROVÍNCIAS COSTEIRAS. COMO CONSEQUÊNCIA, AS ZONAS URBANAS CONCENTRAM 58% DA DENSIDADE POPULACIONAL DO PAÍS, PARTICULARMENTE NAS GRANDES CIDADES DAS PROVÍNCIAS DE LUANDA, BENGUELA, HUÍLA, HUAMBO E KWANZA SUL. ESTE PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL VEM SENDO ACOMPANHADO DA CONCENTRAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, O QUE SE REFLECTE NAS GRANDES ASSIMETRIAS VERIFICADAS NOS INDICADORES SOCIOECONÓMICOS DO PAÍS.

O MPLA CONSIDERA QUE O COMBATE AOS DESEQUILÍBRIOS TERRITORIAIS REQUER A IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS/EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E DE PÓLOS DE EQUILÍBRIO. OS PRIMEIROS CORRESPONDEM A ESPAÇOS QUE JÁ POSSUAM POTENCIAL E DINÂMICAS ONDE AS INTERVENÇÕES PÚBLICAS SERÃO ESSENCIALMENTE CATALISADORAS E A RENTABILIDADE SOCIAL DESTES INVESTIMENTOS PODERÁ COLOCAR-SE NUMA PERSPECTIVA DE MÉDIO/LONGO PRAZO. OS SEGUNDOS CORRESPONDEM À NECESSIDADE DE CRIAR POTENCIAL E OPORTUNIDADES ONDE NÃO EXISTEM. NESTE CASO OS RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS SÓ SERÃO VERIFICADOS MUITO MAIS TARDE.

COM EFEITO, O PROGRAMA DE GOVERNO DO MPLA PARA O PERÍODO 2012-2017, NESTE DOMÍNIO, DEVERÁ PERSEGUIR OS SEGUINTEs OBJECTIVOS:

Desenvolver o potencial de cada território para o reforço da economia e o desenvolvimento nacional;

Adequar o quadro de incentivos fiscais e parafiscais com a estratégia de desenvolvimento regional equilibrado do País;

Transformar as capitais de província e em particular a cidade capital do País, em cidades modernas, eficientes, criativas e solidárias;

Diversificar os espaços de modernidade e de inserção internacional da economia, em particular no quadro da SADC;

Estruturar o povoamento e criar uma rede de cidades que suportem e dinamizem o desenvolvimento dos territórios mais frágeis;

Construir uma rede de transportes e comunicações que articule eficazmente o território e valorize a posição geo-estratégica de Angola;

Implantar pólos de desenvolvimento económico nas regiões com menor nível de desenvolvimento económico e social;

Valorizar os espaços da agricultura empresarial, através da criação das cadeias produtivas viradas para a satisfação da procura interna e a competitividade internacional;

Capacitar do ponto de vista institucional as regiões menos desenvolvidas do País



e promover as pré-condições do seu desenvolvimento endógeno.

APOIAR O EMPRESARIADO NACIONAL



A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ANGOLA APENAS TERÁ EFEITOS EFECTIVOS NA REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE POBREZA E NO AUMENTO DO BEM-ESTAR DAS POPULAÇÕES SE PARTIR DO PRINCÍPIO DE QUE O MERCADO DOMÉSTICO SÓ SE TORNA ROBUSTO COM O CRESCIMENTO DA PROCURA EFECTIVA, DIRIGIDA AOS BENS E SERVIÇOS DE PRODUÇÃO NACIONAL. NÃO SE PODE DESENVOLVER O PAÍS APENAS COM BASE NAS IMPORTAÇÕES, COM NÍVEIS MUITO BAIXOS DE PRODUÇÃO INTERNA.

AS IMPORTAÇÕES SÃO UMA FORMA DO NOSSO PAÍS FINANCIAR A CRIAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS NOUTRAS PARTES DO MUNDO E NÃO EM ANGOLA. SÓ INCREMENTANDO A PRODUÇÃO NACIONAL SE CRIAM NOVOS EMPREGOS, SE AUMENTAM OS RENDIMENTOS DOS CIDADÃOS, E POR ESTA VIA SE AUMENTA O PODER DE COMPRA DAS PESSOAS, LEVANDO A UM AUMENTO DA PROCURA EFECTIVA NACIONAL E A UM VERDADEIRO “CÍRCULO VIRTUOSO DO CRESCIMENTO” (EM OPOSIÇÃO AO “CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA”).

NESTE SENTIDO, O MPLA CONSIDERA QUE SE TORNA NECESSÁRIO ESTIMULAR NÃO APENAS A SUBSTITUIÇÃO SELECTIVA DAS IMPORTAÇÕES (SOB O CRITÉRIO DAS MAIORES VANTAGENS RELATIVAS), COMO A PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE SECTORES COM VANTAGENS COMPARATIVAS DE CUSTOS NOS MERCADOS INTERNACIONAIS, TENDO COMO BASE AS SEGUINTESS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS:

Diversificar a estrutura da economia, com verticalização das cadeias produtivas, mas sempre tendo em atenção as vantagens competitivas de preços (na substituição de importações) e comparativas de custos (na promoção das exportações);

Seleccionar os sectores a incluir tendo como critério a criação de empregos, a maior e melhor satisfação das necessidades básicas da população e a contribuição relativa para a diversificação da economia. Neste sentido há a considerar as indústrias alimentares, têxtil, vestuário e calçado (substituem importações, são



essenciais ao consumo e têm efeitos dinamizadores na agricultura), a construção civil e a indústria de materiais de construção (satisfação das necessidades básicas da habitação, criam emprego e são competitivos);

Priorizar, no que respeita à promoção das exportações, os produtos agrícolas tropicais, com vantagens comparativas de custos, os produtos minerais (para além do petróleo e gás), os produtos das indústrias florestais e sectores seleccionados das indústrias transformadoras intensivas de mão-de-obra;

Reduzir, de forma significativa, os encargos fiscais em geral (tanto os que incidem sobre os preços e custos dos produtos dos sectores prioritários, como os que incidem sobre os investimentos nesses sectores);

Priorizar as empresas detidas maioritariamente por angolanos no processo de privatização de empresas públicas;

Aplicar de modo extensivo e rigoroso o fundo de bonificação de juros para as micro, pequenas e médias empresas, o fundo de garantias ao crédito e o fundo de capital de risco. Este último dirigido a projectos competitivos em “early stage” (estágio inicial);

Constituir e operacionalizar linhas de crédito dedicadas a projectos dos sectores produtivos prioritários;

Oferecer soluções de leasing, factoring e renting, como forma de financiamento das empresas;

Institucionalizar uma Agência Seguradora de Crédito, orientada para a gestão e controlo do risco de crédito no mercado interno e externo;

Institucionalizar a Bolsa de Valores Mobiliários e Derivativos;

Implementar a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, dando continuidade, em particular, ao Programa “Angola Investe”, com vista à facilitação do acesso ao crédito por parte das MPME’s, ao desenvolvimento de programas de capacitação às MPME’s, à desburocratização do processo de constituição e licenciamento das MPME, à concessão de apoios institucionais e fiscais às mesmas, bem como programas que promovam o apoio à produção e consumo da produção nacional;

Continuar a desenvolver o Programa “Feito em Angola”, promovendo a contratação pública de produtos nacionais; monitorando a qualidade dos produtos nacionais nas empresas que tenham aderido ao Programa; promovendo a comunicação da monitorização da qualidade dos produtos nacionais e respectiva promoção da imagem de Angola no exterior;

Continuar a desenvolver e prestar uma atenção especial ao Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN), com vista a facilitar o acesso das micro empresas e micro empreendedores ao crédito para financiamento dos seus custos de exploração e de investimentos; contribuir para o alargamento do mercado nacional de bens e serviços; promover o fortalecimento dos micro negócios, criando novas

oportunidades de emprego e de redução da pobreza; apoiar o acesso da população a serviços financeiros básicos; reduzir os níveis de informalização da economia, facilitando o processo constitutivo de sociedades comerciais; e, estimular a frequência de acções formativas de carácter profissional;

No âmbito dos Programas “Meu Negócio, Minha vida” e “Angola Investe”, identificar e captar jovens angolanos que à partida possuam um potencial elevado ao nível das competências de empreendedorismo; avaliá-los no sentido de mapear essas mesmas competências, promover o desenvolvimento dessas competências; e desenhar para eles, ou suas equipas programas específicos de desenvolvimento empresarial com a intervenção de incubadoras de empresas e instituições de micro-finanças;

Fundear e operacionalizar o Fundo de Fomento Empresarial;

Desenvolver um Programa de criação e desenvolvimento de Grupos Empresariais Nacionais Médios e Grandes distribuídos por todas as regiões do País;

Criar uma Sociedade Gestora de Capital de Risco, para executar as estratégias de criação ou de fortalecimento de médias e grandes empresas detidas por nacionais.





CONSOLIDAR A PAZ, REFORÇAR A DEMOCRACIA E PRESERVAR A UNIDADE E A COESÃO NACIONAL



O MPLA TEM PLENA CONSCIÊNCIA DE QUE O ESFORÇO PARA A RECONSTRUÇÃO, PARA O DESENVOLVIMENTO E PARA A MODERNIZAÇÃO DE ANGOLA NÃO DEVE SER APENAS DO ESTADO. NESTE ESFORÇO O ESTADO TEM DE SE FAZER ACOMPANHAR PELA INICIATIVA PRIVADA, PELA SOCIEDADE CIVIL E BENEFICIAR DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, NUMA LÓGICA DE PARCERIA, SENDO, NO ENTANTO, SUA A COMPETÊNCIA DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA, DE MODO A EVITAR-SE VAZIOS E DISFUNCIONALIDADES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.

POR ESTA RAZÃO, O MPLA CONSIDERA SER DE IMPORTÂNCIA CRUCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA, PROSSEGUIR OS ESFORÇOS NO SENTIDO DA CONSOLIDAÇÃO DAS REFORMAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA, DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO, DO PODER LOCAL, DA DEFESA E DA SEGURANÇA NACIONAL, CONVERTENDO-OS EM VERDADEIROS INSTRUMENTOS AO SERVIÇO DE UMA PLENA CIDADANIA.

ASSIM, NO PERÍODO 2012-2017, O MPLA COMPROMETE-SE A ATINGIR O SEGUINTE:

JUSTIÇA



Aumentar a quantidade de Tribunais Municipais e sua implementação na maior parte dos municípios do País;

Articular a rede de tribunais com a política de justiça pública, aprofundando o sistema integrado de resolução de conflitos, não só com a implementação dos serviços de conciliação e de mediação (conflitos laborais, familiares ou mesmo penais) e de arbitragem (consumo, ambiente, conflitos civis e comerciais), mas também com o reconhecimento e implementação dos mecanismos de resolução de conflitos não-oficiais;

Garantir o registo civil e a emissão gratuita de assentos de registo de nascimento até aos 18 anos e aos adultos comprovadamente pobres;



Fortalecer os direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interacção democrática;

Introduzir medidas preventivas alternativas à privação provisória de liberdade;

Desenvolver o regime prisional domiciliário e hospitalar, o qual deverá ser estruturado de acordo com as boas práticas;

Criar salas de execução de penas, junto dos Tribunais Provinciais existentes;

Reforçar as estruturas sociais de acolhimento dos jovens com comportamentos desviantes;

Recrutar os advogados por concursos públicos curriculares para as funções do regime de defesa pública, salvaguardando-se o respeito pela independência constitucional da profissão dos advogados;

Tomar medidas com vista a diminuir a distância entre o sistema formal de justiça e as outras instâncias de resolução de conflitos que existem na sociedade, tendo em conta que em Angola a maior parte da população recorre ao “sistema informal de justiça” para resolver os litígios nos municípios, bairros, comunidades, de modo que algumas destas formas de regulação possam ser reconhecidas e incentivadas;

Reformar o Código de Processo Civil, com especial ênfase para a acção executiva, submetendo-a a uma constante avaliação dos seus resultados.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

Diversificar as fontes de receita e aumento da estabilidade financeira de Angola, via implementação de medidas que aumentem a receita tributária não petrolífera;

Promover a sustentabilidade financeira e do desenvolvimento das Províncias, com a revisão das competências da Administração Tributária, a nível central e local;

Harmonizar o sistema angolano com outras práticas internacionais, a nível regional e global, mediante a celebração progressiva de acordos de dupla tributação e realização de acordos de cooperação com instituições e organismos internacionais;

Racionalizar e consolidar a legislação do Imposto Predial;

Estudar um novo modelo de tributação do rendimento das pessoas singulares e colectivas e implementar os respectivos diplomas resultantes;

Criar um Tribunal Fiscal especializado para decisão das questões tributárias que não tenham natureza criminal;

Celebrar acordos de cooperação com instituições e organizações, visando o intercâmbio de informações para uma luta mais eficaz contra a fraude e a criminalidade organizada fiscal e aduaneira (OMC);

Rever as taxas e outros encargos parafiscais que oneram gravosamente a actividade dos particulares e empresas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Organizar e estruturar os serviços quer a nível da Administração Central como da Administração Local do Estado tendo como base o princípio da racionalidade e da eficácia;

Investir no capital humano como o principal recurso da administração com vista a procura da excelência dos serviços;

Rever os processos e procedimentos dos circuitos administrativos de modo a promover a celeridade e excelência dos serviços públicos;

Reformar o processo de recrutamento de pessoal, de provimento de cargos de direcção e chefia e de gestão de carreira na função pública;

Reformar o sistema de remunerações e subsídios dos funcionários públicos, visando adequá-lo aos critérios de produtividade, territorialidade e de desenvolvimento contínuo das capacidades técnicas e humanas do pessoal;

Reformar o sistema de avaliação do desempenho dos funcionários públicos, visando a sua modernização à luz dos paradigmas mais recentes da gestão do desenvolvimento dos recursos humanos.

PODER LOCAL

Valorizar a principal forma de organização do poder local, que consiste nas autarquias locais, as quais se organizam fundamentalmente nos municípios;

Desenvolver acções que permitam a institucionalização efectiva, gradual e paulatina de um poder local autónomo e autárquico, adequado às especificidades do nosso País, no domínio histórico e cultural, geográfico, económico e social;

Institucionalizar as autarquias locais devendo-se obedecer ao princípio da transitoriedade funcional que envolve a transferência gradual das atribuições e competências dos órgãos desconcentrados (Governos Provinciais e Administrações Municipais) para as autarquias locais, eleitas pelas respectivas populações;

Desenvolver o processo de discussão e aprovação dos diplomas legais conducentes à implementação das autarquias locais, para que sejam feitas as primeiras eleições autárquicas no decurso da próxima legislatura;

Integrar, na legislação a aprovar, um diploma básico do regime das autarquias



loais, que deve funcionar como esqueleto fundamental de sustentação do quadro legislativo autárquico a criar. Paralelamente, deve ser consagrado o alargamento gradual das atribuições e o doseamento da tutela administrativa.

EDUCAÇÃO PATRIÓTICA DOS CIDADÃOS E RESPEITO PELOS VALORES MORAIS DA SOCIEDADE

Implementar projectos e programas que promovam a valorização dos símbolos nacionais no seio da família, escola e comunidade;

Promover acções de valorização de figuras históricas da luta de resistência anti-colonial e da luta de libertação nacional e do processo de democratização e consolidação do Estado democrático de direito;

Criar, a nível de cada município ou comuna, animadores ou agentes cívicos;

Fomentar a criação de empresas privadas de gestão de espaços públicos, o estabelecimento de parcerias público-privadas para a conservação, manutenção e assistência técnicas de bens e equipamentos e infraestruturas;

Resgatar e promover os valores culturais que não atentem contra os direitos humanos, a igualdade do género e os direitos da mulher;

Desencorajar as práticas culturais nefastas, tais como o casamento precoce, a mutilação genital feminina, a acusação de crianças de feiticeiras, entre outras;



Promover a sã convivência entre os valores culturais e os valores da modernidade;
Formar agentes de educação moral e cívica;
Estabelecer parcerias com as instituições moralizadoras mormente igrejas e associações cívicas.

INFORMAÇÃO

Reforçar a capacidade institucional dos órgãos de comunicação social com vista a edificar um sistema nacional de comunicação aberto, plural, competitivo, isento e que contribua para o fortalecimento da democracia;

Continuar a criar as condições para que a imprensa seja cada vez mais forte, plural, isenta, independente e responsável, espelhando a realidade multicultural do País e contribuindo para a unidade da Nação;

Prosseguir o processo de reestruturação, modernização e adequação legal das estruturas organizacionais e funcionais das empresas públicas do sector;

Fomentar uma comunicação ao serviço da cidadania participativa, incentivando espaços que permitam a participação directa dos cidadãos e o confronto das diversas correntes de opinião;

Realizar concursos públicos para o licenciamento de novos operadores de rádio e televisão, com grande realce para a radiodifusão de carácter comunitário;

Continuar a incentivar o desenvolvimento da iniciativa privada no domínio da comunicação social, com vista a promover um sector audiovisual competitivo e aberto à sociedade civil;

Incentivar a iniciativa das associações, cooperativas, fundações e instituições académicas na execução de projectos mediáticos, visando o exercício da cidadania participativa no domínio da comunicação;

Utilizar os avanços tecnológicos para reforçar a divulgação de Angola junto das mais representativas comunidades angolanas no exterior;

Estimular a interacção entre a isenção, o pluralismo e a responsabilidade, em simultâneo com a promoção da qualidade no exercício da actividade jornalística.

SEGURANÇA NACIONAL

Garantir a independência nacional, a integridade territorial e a soberania do Estado;

Proceder a revisão da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, Lei de Bases Gerais da Organização e Funcionamento das Forças Armadas, Lei das Carreiras



Militares, Lei Geral do Serviço Militar, Lei dos Postos Distintivos das FAA, Lei da Heráldica das Forças Armadas, Lei Penal Militar, Lei-quadro da Programação Militar, Estatuto Orgânico do Ministério da Defesa Nacional, Estatuto Orgânico do Estado Maior General das FAA e outros;

Executar programas e planos de edificação de capacidades militares múltiplas, particularmente a modernização da técnica militar e de asseguramento operacional;

Executar programas e planos de edificação de capacidades no domínio das infraestruturas de defesa, administrativas e sociais, para satisfação das necessidades dos efectivos nos domínios habitacional, dormitórios, desporto, lazer, etc.);

Conceber e executar programas de formação técnico-profissional, através de ciclos longos, médios e curtos de estudos, em estabelecimentos militares e de outras especialidades convergentes com a actividade de defesa e segurança, de modo a corresponderem com as missões internas e de manutenção de paz a nível da União Africana e das Nações Unidas;

Melhorar as condições de vida dos efectivos, com a edificação de infraestruturas hospitalares, residenciais e de lazer; garantir a assistência médica e medicamentosa aos efectivos e seus familiares, bem como proporcionar meios de transporte colectivos e individuais;

Criar uma indústria militar que concorra para o aumento da capacidade militar das FAA, bem como a sua autossuficiência em víveres, vestuário, calçado e outros bens essenciais para o seu funcionamento;

Criar centros de investigação científica orientadas para o aumento da capacidade da indústria militar nacional;

Melhorar a organização dos Órgãos de Segurança e Ordem Interna, com destaque para a política migratória e a segurança nos diferentes domínios;

Garantir a segurança pública através da ampliação da rede policial e de um sistema de policiamento de proximidade mais efectivo, com vista a contenção do ritmo de crescimento do crime e da sinistralidade rodoviária;

Aprimorar as condições humanas e técnico-materiais que permitam garantir a integridade e controlo das fronteiras nacionais, sua inviolabilidade e segurança;

Adequar o sistema prisional às exigências constitucionais e o melhoramento da sua gestão;

Criar destacamentos para o socorro rápido às vítimas dos acidentes registados nas vias de maior sinistralidade.





REFORÇAR A INSERÇÃO COMPETITIVA DE ANGOLA NO CONTEXTO INTERNACIONAL



A OBTENÇÃO DA PAZ, OS ÊXITOS CONSEGUIDOS NO PROCESSO DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL E DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA, O CRESCIMENTO ECONÓMICO QUE O PAÍS TEM ESTADO A VIVER NOS ÚLTIMOS 10 ANOS, OS PASSOS IMPORTANTES QUE TÊM SIDO DADOS NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES DAS POPULAÇÕES, FAZEM COM QUE ANGOLA SEJA VISTA COMO UM PAÍS FORTE, UM PAÍS SÉRIO E RESPEITADO PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL.

PARA O MPLA, A POLÍTICA EXTERNA DEVE CONTINUAR A PROSSEGUIR O INTERESSE NACIONAL, SENDO ESTE DEFINIDO COMO O CONJUNTO DOS INTERESSES POLÍTICOS E ECONÓMICOS ESTRATÉGICOS DE ANGOLA NO PLANO EXTERNO, DEVENDO ESTE SER A BASE DE ACTUAÇÃO DO EXECUTIVO, DAS EMPRESAS E DE MAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE OPERAM TRANSNACIONALMENTE.

O MPLA CONSIDERA, ASSIM, QUE NO DOMÍNIO DA POLÍTICA EXTERNA AS PRIORIDADES DA ACÇÃO GOVERNATIVA DEVEM SER AS SEGUINTE:

Garantir a segurança nacional e a preservação da soberania e integridade territorial;

Proteger os interesses de Angola no exterior e promover a imagem do País como um Estado democrático de direito, de economia social de mercado e com uma política externa independente;

Criar condições favoráveis para a modernização do País e para a melhoria da competitividade de Angola num mundo cada vez mais incerto e globalizado;

Participar e influenciar o processo regional de criação de uma ordem justa e democrática em África e no mundo através da busca de soluções colectivas para os problemas do continente e dos problemas internacionais na base do direito internacional e reconhecendo neste sentido um papel central à União Africana e à ONU;

Contribuir para a eliminação de focos de tensão e conflitos bem como para a prevenção dos mesmos, sobretudo nas regiões circunvizinhas de Angola.





MPLA

ANGOLA A CRESCER MAIS E A DISTRIBUIR MELHOR

MANIFESTO ELEITORAL

PAZ, TRABALHO E LIBERDADE

MPLA

**ANGOLA A CRESCER MAIS
E A DISTRIBUIR MELHOR**

A LUTA CONTINUA

A VITÓRIA É CERTA



REPUBLICAN PARTY OF SOUTH AFRICA

REPUBLICAN PARTY OF SOUTH AFRICA

JMPLA

JMPLA

JMPLA





CANDIDATO DO POVO

FOR THE PEOPLE'S VICTORY AND PROGRESS

IMPLA
A CASA DA JUSTIÇA

LEVA



MPLA

ANGOLA A CRESCER MAIS E A DISTRIBUIR MELHOR

MANIFESTO ELEITORAL

www.mpla.ao

Nº MPLA JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS



MPLA



O POVO MERECE A PAZ, A ESTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO.